

Faça-se Justiça

Hoje, quando o Conselho de Ética do Senado Federal reúne-se mais uma vez para deliberar sobre o relatório do senador Saturnino Braga, relativo à questão da quebra do sigilo da votação na sessão em que foi cassado o senador Luiz Estevão, o que se espera é uma decisão isenta e séria, e não um julgamento visando a aplicação de uma pena máxima, quando, por mais que se queira, não existe delito para tanto.

Cóisas muito mais graves têm ocorrido no Congresso Nacional, como bem salientou, ontem, o governador do Ceará, Tasso Jereissati. Basta que se lembre o caso dos *pianistas* que alteraram resultados de votações, quando a figura austera, e até hoje lembrada como paradigma do regime democrático, do doutor Ulysses Guimarães, aplicou apenas a censura pública, embora recriminasse com vigor a atuação dos parlamentares envolvidos.

Independentemente de quem esteja sendo julgado e qualquer que seja o grau do delito praticado, ninguém pode ser justificado *a priori*, *ab initio*. O prejulgamento e a pré-condenação constituem duas das mais cruéis e selvagens formas de linchamento de que se tem notícia na história da humanidade. Ninguém em sã consciência pode concordar com que, qualquer que seja a sede de sangue, se atropelem as mais primárias regras dos direitos do cidadão, entre as

quais a de ser julgado com justiça e isenção.

Não se pretende defender a inocência de quem quer que seja, nem o pecado cometido, mas a razoabilidade das penas, como está inscrito no

nosso direito. Não se pode também deixar de levar em conta a trajetória, o passado das pessoas envolvidas, como se uma vida inteira de bons serviços ao país e aos estados que representam pudesse ser apagada, da noite para o dia, por um julgamento que já se diz, por antecipação, será exclusivamente político e não jurídico.

Deve-se também levar em conta que é imprescindível a imparcialidade dos que dirigem o Conselho, que não podem nem devem se levar por ocasionais predisposições, até mesmo de parcela da opinião pública. O bom senso manda que ajam com o indispensável equilíbrio, principalmente o seu presidente. Não é hora de linchamentos. O regime democrático se fortalece na medida em que os seus protagonistas enfrentam quaisquer problemas fazendo prevalecer o sentimento de isenção.

Se alguém deve pagar pelos seus erros que pague, mas não além da conta, apenas com o objetivo de satisfazer a alguns que gritam mais que outros. Serenidade, justiça, isenção, respeito às leis e às normas que regem o direito e à própria política é o que se espera de um Conselho que se diz de Ética e de Decoro Parlamentar.